O rádio como mediador de um conflito de terras: as emissoras Colméia na Revolta dos Posseiros de 1957[1]

Éverly PEGORARO[2]

Universidade Estadual do Centro-Oeste, PR

RESUMO

Este artigo analisa como uma região, rica em cobertura vegetal, em rios e com solo fértil para a agricultura, serviu de palco para um conflito de terras no Sudoeste do Paraná. A situação envolveu colonos, posseiros, companhias grileiras de terras e o governo do Estado. Em 1957, colonos e posseiros organizaram-se em um levante armado que resultou na expulsão das companhias grileiras e dos jagunços por elas contratados, e na designação de novas autoridades municipais, desta vez escolhidas pelo povo. Os dois únicos veículos de comunicação da região, as emissoras Colméia de Pato Branco e Francisco Beltrão, significaram o elo de ligação comunitária durante o conflito, principalmente ao discutir a função social da terra e o direito garantido ao seu uso, questões essenciais, em qualquer tempo, para propiciar um ambiente adequado a boa sobrevivência e convivência de todos.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento agrário, Rádio, Paraná, História.

A Revolta dos Posseiros de 1957 é mais um dos muitos capítulos da história de conflitos agrários no país. Os sujeitos envolvidos são colonos, posseiros, companhias grileiras e o governo do Estado do Paraná. O palco do conflito foi a região Sudoeste do Paraná, a qual, desde o início de seu povoamento, presenciou várias e longas disputas de terras. Muitas delas acabaram por interferir, de uma forma ou de outra, no conflito de 1957.

Cabem aqui algumas observações em torno da compreensão que tenho sobre região. Mais que limitações geográficas, o conceito envolve um complexo sistema de relações sociais, políticas, econômicas e culturais, construído historicamente e imposto, muitas vezes, para que seja entendido e reconhecido como tal.

> O poder sobre o grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo é, a um tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão

[1] Trabalho apresentado no GT – Comunicação Audiovisual, do Inovcom, evento componente do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul.

[2] Professora colaboradora da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, PR, mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense; email: everlyp@yahoo.com.br .

comuns, portanto, uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade[3].

É nesse ambiente que diferentes agentes sociais atuam, com objetivos diversificados, em torno das mesmas ações. Estas, por sua vez, englobam disputas, conflitos, persuasões, manifestações de poder. Nessa situação específica, a luta deu-se em torno do direito legal a posse de terra e a sua função social, questionada por colonos e posseiros, já que companhias grileiras vieram para a região, com interesses sobretudo financeiros. Entre eles, o objetivo de instalar uma fábrica de celulose, pois a região era uma das mais ricas do país em pinheiros.

Entre os vários aspectos das disputas de terras no Sudoeste que influenciaram decisivamente no conflito de 1957, denominado Revolta dos Posseiros, está a questão envolvendo as glebas Missões (425.731 hectares) e Chopim (71.528 hectares), ambas ocupando quase a totalidade do sudoeste paranaense. Entre os anos 1913 e 1920, elas foram tituladas pelo Estado do Paraná em favor da Companhia de Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul (CEFSPRS), subsidiária da *Brazil Railway Co.,* como pagamento pela construção da estrada de ferro Itararé – Uruguai, com duas ramificações: Guarapuava – Foz do Iguaçu e Jaguariaiva – Ourinhos. Após a revolução de 1930, o interventor do Estado do Paraná, general Mauro Tourinho, percebeu que havia irregularidades no contrato e o anulou. Inicia-se uma disputa jurídica sobre as terras do Sudoeste entre o Estado do Paraná e a CEFSPRS. Em 1940, através do decreto lei número 2.073, de 8 de março, a União incorporou os bens da *Brazil Railway Co.* e suas subsidiárias, entre elas, a CEFSPRS. A briga, então, estabelece-se entre a União e o Estado do Paraná.

Além disso, havia outra questão que se arrastava desde o século anterior, entre José Rupp e o poder público. Rupp tinha uma indenização a receber do poder federal. Ele obteve, no fim do século XIX, uma autorização do governo catarinense para explorar erva-mate e madeiras na região, nas mesmas terras que foram tituladas pelo governo paranaense a CEFSPRS, fator que ocasionou mais uma disputa judicial, agora entre Rupp e o Estado do Paraná. Mais tarde, tais terras foram incorporadas ao patrimônio da União, como já foi explicado.

[3] BOURDIEU, Pierre. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989, p. 117.

Rupp lutou vários anos e não conseguiu receber uma indenização que pedia ao Estado sobre a questão. Então, decidiu ceder seu crédito a companhia de terras Clevelândia Industrial e Territorial Limitada (Citla), em julho de 1950. A Citla tinha entre seus sócios o próprio governador do Estado, Moysés Lupion. Assim, o poder público não deveria mais pagar a indenização a Rupp e sim à empresa. O pedido que ele havia feito em 1º de julho de 1950, para que a indenização fosse paga através da gleba Missões, e o qual havia sido negado, acabou sendo acertado em 17 de novembro do mesmo ano, só que dessa vez para a Citla, que recebeu não apenas a gleba Missões, mas parte da gleba Chopim também.

O procurador da República, Ademar Vidal, quatro dias depois de assinada a escritura de dação a Citla, protestou e exigiu a anulação do documento. O Conselho de Segurança Nacional avisou, através de ofício, todos os cartórios do Paraná e de Santa Catarina para que não lavrassem a escritura. Os deputados do PSD na Assembléia Legislativa enviaram um projeto de lei ao Executivo, desmembrando o cartório de Clevelândia, que havia se negado a lavrar a escritura. Instalou-se, então, um cartório em Santo Antônio do Sudoeste, para que a escritura fosse registrada. Imediatamente, os escritórios da Citla foram instalados em Francisco Beltrão e Santo Antônio do Sudoeste. Um dos personagens políticos mais exaltados com a questão, de oposição ao grupo político que governava o Paraná na época, era o senador udenista Othon Mader. Quando ocorreu a titulação das glebas Missões e Chopim à Citla, seu discurso no Senado da República foi inflamado de indignação:

> Terras que pouco ou nada lhes custaram, são vendidas a Cr$ 8.000,00 cada alqueire, e os pinheiros que lhes ficam de graça, são vendidos ao preço de Cr$ 200 cada árvore. Multiplicando estes preços unitários pelos milhares de alqueires e pelos milhões de pinheiros têm elas (CITLA, Paraná e Apucarana) lucros fabulosos, que atingem a bilhões de cruzeiros. Segundo uma estimativa feita pelo "Grupo Lupion" nas terras de que se apossou fraudulentamente, e que tem a área de 198.000 alqueires, cerca de quatro vezes o Distrito Federal, a quantidade de pinheiros ali existentes é de dez milhões (10.000.000). (...) Esse patrimônio, que é constituído das glebas "Missões" e "Chopim" foi transferido da União para a CITLA, por escritura fraudulenta e já anulada, pela ínfima quantia de Cr$ 8.000.000. O preço pago pela CITLA (Grupo Lupion) foi de 0,2% do valor das glebas[4].

[4] Cf. LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse de terra no Sudoeste paranaense**. Curitiba: SECE/BPP, 1986, pp. 42-3.

Em meio às disputas de terras não resolvidas, à atuação ilegal da Citla e à instabilidade de posse dos moradores já instalados, havia a Colônia Agrícola General Osório (Cango), criada no governo de Getulio Vargas, em 12 de maio de 1943, através do decreto-lei número 12.417, cujos limites não estavam definidos em seu projeto, mas situava-se na Gleba Missões.

As primeiras desavenças entre Citla e Cango referem-se a dois projetos distintos de colonização. A Cango objetivava a colonização da região com colonos vindos de regiões mais antigas, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O assentamento deles aconteceria através da distribuição de lotes para a produção agrícola voltada ao consumo interno, seguindo os ideais da Marcha para o Oeste, projeto do governo federal. A Citla, por sua vez, objetivava implantar uma indústria de celulose na região.

> Há um documento elaborado pela CITLA – Projeto Celulose – em que a mesma especifica os levantamentos preliminares realizados, bem como os projetos a serem implantados, já com o estabelecimento de prioridades. Nos levantamentos feitos constatou-se que havia na época mais de três milhões de pinheiros adultos industrializáveis, várias quedas d'água passíveis de serem aproveitadas, um número significativo de pés de erva-mate de exploração imediata, milhões de pés de madeira de lei, principalmente cedro e peroba e milhares de toneladas de nó de pinho, matéria-prima para a indústria de plásticos[5].

Nesse jogo de forças entre Citla e Cango, esta última tem uma derrota significativa em 31 de dezembro de 1953. Dez anos após sua instalação no Sudoeste, ela suspende a alocação de novos colonos para a Colônia, a mando da Divisão de Terras e Colonização (DTC).

As outras duas companhias imobiliárias atuantes na região, a Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda. e a Imobiliária Apucarana Ltda., foram juridicamente desmembradas da Citla. Isso porque, em sua segunda campanha eleitoral ao governo do Estado, Lupion ficou devendo grandes quantias a João Simões, diretor do Banco do Estado do Paraná, e a Jorge Amim Maia, prefeito de Apucarana. Assim, vendeu ao primeiro a Comercial e ao segundo a Apucarana[6].

[5] Cf. GOMES, Iria Zanoni. **1957.** A Revolta dos Posseiros. 2ª ed. Curitiba: Criar Edições, 1987, p. 43. WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste**: ocupação e colonização. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985, pp. 195-99 também aborda a questão.

[6] COLNAGHI, Maria Cristina. **Colonos e poder**: a luta pela terra no sudoeste do Paraná. Curitiba, 1984. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). UFPR, p. 101.

As companhias imobiliárias eram classificadas de grileiras devido às irregularidades dos títulos de propriedade que emitiam, já que o seu direito de posse foi negado pela justiça e, mesmo assim, vendiam terras sem autorização legal, mediante falsas escrituras de propriedade[7]. Os posseiros, por sua vez, eram alvo das companhias grileiras que reclamavam a titulação das terras.

As companhias de terras forçavam os posseiros a comprar as terras onde moravam, exigindo uma entrada para oficializar a transação e a assinatura de promissórias. Como os representantes das empresas sabiam que o que faziam era ilegal, tinham pressa em "acertar" a situação, arrecadando o máximo de dinheiro no menor tempo possível.

É aqui que surge a figura do jagunço, homem de índole duvidosa contratado para a manutenção da ordem imposta pelas companhias[8]. Quando a situação não se fazia de forma "amigável", ele era contratado para forçar os posseiros a saírem das terras ou a pagarem a dívida. Até mesmo os colonos que se instalaram na região através da Cango não estavam a salvo da disputa, já que estavam alocados nas mesmas áreas que a Citla dizia serem suas.

A violência começou a ser freqüente entre os jagunços contratados pelas companhias para atemorizar e os colonos que não sabiam o que fazer para garantir suas propriedades. Expulsões, espancamentos, estupros e assassinatos aconteciam e eram relatados através das duas emissoras de rádios locais e de boca em boca. Para garantir que o direito de propriedade privada fosse respeitado, valiam os mecanismos de persuasão e de ameaça para que os posseiros reconhecessem quem eram os "verdadeiros" possuidores daquela área.

Em meio à violência, alguns fatos repercutiram até mesmo na imprensa nacional e internacional e contribuíram para que colonos, posseiros e comerciantes se organizassem na denominada Revolta dos Posseiros de outubro de 1957. Entre esses fatos, têm-se o assassinato do vereador Pedrinho Barbeiro, a emboscada no município de Capanema e o espancamento de três crianças no Verê, desdobrados a seguir.

O vereador Pedro José da Silva, conhecido como Pedrinho Barbeiro, foi designado para ir ao Rio de Janeiro dar ciência ao governo dos problemas da região. No dia 21 de maio de 1957, contudo, foi assassinado em sua casa por jagunços. O assassinato só foi esclarecido posteriormente aos acontecimentos de outubro de 1957.

[7] MOTTA, Márcia. Grilagem. IN: MOTTA, Márcia (org.). **Dicionário da Terra.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, p. 238.
[8] BARROS, Luitgarde. Jagunço. IN: ibid., p. 267.

Um carro que transitava entre Santo Antônio do Sudoeste e Capanema foi alvejado numa tocaia preparada pelos posseiros. Sete pessoas morreram. Dessas, duas eram funcionários da Citla e o restante morreu porque os posseiros supunham que também trabalhavam para a companhia. Mas os funcionários haviam dado carona para colonos na estrada. Um dos mortos, inclusive, era pai de um dos posseiros da tocaia. O episódio ficou conhecido como "Tocaia de Capanema".

Finalmente, o outro episódio que impulsionou a revolta aconteceu em 9 de outubro de 1957. Três crianças (uma menina e dois garotos, todos com dez anos) foram trazidas da localidade Águas do Verê para Pato Branco, após terem sido espancadas por jagunços com uma açoiteira por não revelarem o paradeiro dos pais. O estado das crianças provocou a revolta da comunidade, que foi chamada através da rádio local para uma reunião no pavilhão da igreja.

Em Pato Branco, após essa reunião, que aconteceu em 9 de outubro de 1957, formou-se uma Comissão Deliberativa composta por 26 pessoas, mais cinco que constituíram a Junta Governativa Provisória, com o intuito de assumir o comando das ações. No dia 10 de outubro, em comum acordo com o grupo que liderava o levante em Francisco Beltrão, iniciou-se um movimento para organizar piquetes nas principais estradas de acesso a Pato Branco e locais públicos. As casas comerciais emprestaram, mediante recibo, armas aos revoltosos. As armas que estavam no fórum e que foram utilizadas em crimes também foram tomadas, com certa conivência do juiz, favorável a causa dos posseiros. Comércio e indústria foram fechados como forma de protesto às violências das companhias. A comunidade, em um consenso mais amplo, estava a favor da revolta[9]. Os jagunços contratados pelas companhias grileiras foram capturados e expulsos da região.

Em Francisco Beltrão, simultaneamente, os colonos foram convocados pelo rádio para estabelecer um plano. As ações foram semelhantes às que ocorreram em Pato Branco. Os jagunços foram levados para fora da região em viaturas do exército, depois de um acordo com os líderes do levante de que não haveria violência. Os escritórios das companhias foram invadidos e depredados, todos os documentos, principalmente os que os colonos haviam assinados, foram jogados nas ruas. Esta é, aliás, uma das cenas mais divulgadas em fotografias quando se fala em Revolta dos Posseiros de 1957.

Em Santo Antonio do Sudoeste, no dia 12 de outubro, à tarde, como uma forma de forçar as autoridades a se pronunciarem sob a questão das terras e a retirarem as

[9] Cf. WACHOWICZ, ibid. e COLNAGHI, ibid..

companhias, os colonos cercaram a delegacia da cidade. Tomaram a casa do advogado da Citla e acabaram com todos os documentos encontrados. Também formaram uma comissão de 26 membros, de diversas agremiações políticas do município. Em seguida, destituíram o delegado e deixaram em prisão domiciliar o padre da cidade, por fazer abertamente propaganda da Citla em seus sermões[10]. Novamente, houve negociação com a comissão, que teve suas demandas atendidas, entre elas, anistia geral aos participantes do movimento, garantia de que não chegariam mais policiais a região e de que os colonos não seriam desarmados.

O rádio como mediador de um conflito de terras

As rádios Colméia estavam presentes em Pato Branco e Francisco Beltrão, os dois únicos veículos de comunicação do Sudoeste em 1957. Em ambos os municípios, a atuação das emissoras foi direta no desenrolar dos acontecimentos que culminaram com a Revolta dos Posseiros de 1957. Entretanto, percebem-se algumas diferenças na forma como as duas participaram do conflito.

Em Pato Branco, a mediação da emissora acontecia de duas formas. A primeira através das intervenções do radialista e um dos líderes do levante, Ivo Thomazoni, que emitia suas opiniões e denunciava os crimes, principalmente através do programa Repórter ZYS 37, às 12h30min, que era patrocinado pela Casa Rádio, de propriedade de Jácomo Trento. Este, mais conhecido como Porto Alegre, foi outro líder da revolta. Ele tinha contato mais direto com os colonos e posseiros, já que passava a semana inteira percorrendo o interior e tentando convencê-los a comprar seus equipamentos radiofônicos. Porto Alegre relatava ao Thomazoni o que ouvia, as violências e as injustiças cometidas. Esses assuntos eram debatidos e levados ao conhecimento dos ouvintes através da emissora Colméia de Pato Branco.

A segunda forma de intervenção da emissora pato-branquense acontecia quando os próprios colonos e posseiros iam até a rádio e desabafavam as injustiças que sofriam ao Thomazoni. A emissora não possui arquivos sonoros da época, portanto, não há como se saber se colonos e posseiros tinham acesso direto ao microfone. Entretanto, ainda que eles não tenham falado diretamente no microfone, os relatos (mesmo mediados pelo radialista) serviam para aproximar os ouvintes, propiciando um efeito de realidade e uma gama de sentimentos, como revolta, indignação, solidariedade, simpatia

[10] GOMES, ibid., p. 108.

do público pela causa dos colonos e posseiros. "A função mediadora que o jornalismo assume - entre os diversos discursos produzidos na sociedade e o seu público - faz com que processe e absorva em seu conteúdo os atos de fala de diferentes atores sociais"[11].

O rádio servia como mediador entre o discurso dos próprios posseiros e os ouvintes. O jornalismo é mediação, construído para ser legitimado como verdade, utilizando argumentos e declarações de entrevistados como provas para sua credibilidade. O discurso jornalístico possui sua eficácia simbólica na construção da realidade com palavras.

Os posseiros sabiam da abrangência e da força que o veículo possuía na região. Além disso, confiavam nos radialistas que tanto admiravam. Esses assumiam, aos olhos dos posseiros, a representação de heróis, de justiceiros capazes de ajudá-los numa luta na qual o Estado parecia não estar do seu lado.

> Então, os colonos passaram a confiar neste veículo de comunicação e no locutor que representava os colonos. (...) Contavam, choravam o que eles passavam. A maioria que perderam filho, perderam filha, perderam mulher, ou filho chorando a morte do pai, porque a comunicação era tão estreita... (...) quando o Thomazoni começou a fazer o comentário dele "Não atacamos, comentamos", os colonos vinham a Pato Branco, e eram entrevistados pelo Ivo, contando suas histórias, que perderam a terra, que incendiaram a casa, que mataram o gado, que mataram filhos e tal.[12]

Thomazoni comenta que a possibilidade de falar sobre o problema que enfrentavam era mais que um desabafo para os colonos, era uma maneira de tentar enganar os jagunços das companhias. Ao mesmo tempo, acredita que a sua posição como locutor era um ponto positivo para os colonos, pois representava ameaça aos jagunços a possibilidade de irem ao ar os problemas da região.

> Não raras vezes eles iam lá e diziam: *por favor, avisa a minha família que eu estou viajando, que eu viajei e só volto na semana que vem, mas vocês cuidem de mim aqui, porque se eu for lá agora eles vão estar lá me pressionando e vão querer me bater. E agora não estou preparado, quero que eles pensem que eu fui buscar o dinheiro lá ou*

[11] MEDITSCH, Eduardo. **A nova era do rádio: o discurso do radiojornalismo enquanto produto intelectual eletrônico**. Disponível em http://www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/meditsch-novaera.html. Acesso em 30 de julho de 2006.

[12] MATIELLO, Inelci Pedro. Entrevista a Éverly Pegoraro em 07 de julho de 2006, em Pato Branco, Paraná. Nas declarações dos entrevistados, optei por não editar suas falas aos padrões escritos, seguindo a metodologia utilizada pelos historiadores.

> *fazer alguma coisa*. Mas isto era toda semana, nós tínhamos desses pedidos. (...) Todas as queixas eles queriam que fossem ao ar. Eles se sentiam bem quando o nome deles era citado, porque eles achavam que amedrontava o pessoal da Citla, porque a Citla passou a entender que eles tinham um bom relacionamento conosco, com o Porto Alegre, comigo, com o pessoal. Porque o Porto Alegre sempre passava na casa deles e trazia as notícias quando eles não vinham, e eu divulgava.[13]

Também em Francisco Beltrão, a Rádio Colméia gozava de exclusividade. O município, elevado a essa categoria em 1952, contava com a apuração de informações da emissora para saber dos últimos fatos, que se transformavam em notícias pelas denúncias de seus próprios ouvintes. Diferentemente da Colméia de Pato Branco, em Francisco Beltrão o posicionamento da emissora a favor dos colonos acontecia através de seus acionistas. Entre eles, cita-se Walter Pécoits, Luiz Prollo e Ricieri Cella. Eles não tinham programas fixos, através dos quais defendessem a causa dos colonos e posseiros. Mas, sempre que convidados, concediam entrevistas. Pécoits tornou-se uma das principais lideranças do movimento em Francisco Beltrão, assim como Prollo, descrito pela revista O Cruzeiro como "'presidente da Comissão do Levante dos Posseiros de Francisco Beltrão'".

A emissora beltronense funcionava como uma espécie de quartel general do levante, já que Pécoits e seus companheiros ficavam no edifício da emissora, um pequeno prédio em madeira de dois andares, no centro da cidade. Foi através do microfone da Colméia de Francisco Beltrão que os colonos e posseiros foram chamados a virem para o centro da cidade, para participarem do levante, defendendo suas terras e expulsando os invasores.

Quando o representante do governo estadual chegou a Francisco Beltrão para negociar com os revoltosos, foi escoltado até a rádio, onde conversou com Pécoits. Foi através da emissora que o médico anunciou à população que o representante do governo estava na cidade e foi neste local onde se deu o entendimento para cessar o conflito.

A mediação das emissoras no conflito representou uma opção política e uma manifestação de poder. Principalmente se analisarmos que a própria língua é um suporte de poder e quem a domina, quem tem condições de produzir o discurso, detém o poder não apenas sobre a língua, mas também sobre o seu capital. A palavra por si só não tem

[13] THOMAZONI, Ivo. Entrevista Entrevista concedida a Éverly Pegoraro em 12 de setembro de 2006, em Curitiba, Paraná.

poder. Sua eficácia simbólica depende de seu porta-voz e da credibilidade que este dispõe no campo social[14].

No caso das emissoras Colméia, os seus locutores, ou porta-vozes do conflito, dispunham de credibilidade suficiente para serem ouvidos e influenciar, consequentemente, detinham poder. Constata-se, assim, a presença de um discurso detentor de poder de legitimação, através da função mediadora do rádio. Portanto, a coerção aconteceu de forma indireta, sob o efeito da detenção do poder simbólico, que foi exercido a partir do discurso radiofônico. Uma luta simbólica que impôs uma definição de mundo social que mais se adequou aos interesses (individuais e coletivos) daqueles que representavam a rádio.

E é justamente do jornalismo atuante, do envolvimento direto e mediado pelos microfones das emissoras Colméia que surgiram importantes lideranças, não apenas durante a revolta, mas posteriormente aos acontecimentos de outubro de 1957, principalmente nas representações de Ivo Thomazoni e Walter Pécoits, os quais continuaram perseverantes na solução dos problemas de terras do Sudoeste mesmo após os conflitos. Assim como Jácomo Trento (ou Porto Alegre) que, mesmo não seguindo carreira política, permaneceu ao lado de seus companheiros na luta pela posse de terras, já que a situação só foi legalizada oficialmente em 1962.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. IN: **Coisas Ditas.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____,Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa: Difel, 1989.

GOMES, Iria Zanoni. **1957. A Revolta dos Posseiros.** 2ª ed. Curitiba: Criar Edições, 1987.

LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse de terra no Sudoeste paranaense.** Curitiba: SECE/BPP, 1986.

MEDITSCH, Eduardo. **A nova era do rádio**: o discurso do radiojornalismo enquanto produto intelectual eletrônico. Disponível em http://www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/meditsch-novaera.html. Acesso em 30 de julho de 2006.

MOTTA, Márcia (org.). **Dicionário da Terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste:** ocupação e colonização**.** Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

[14] Cf. BOURDIEU, ibid.

Entrevistas

MATIELLO, Inelci Pedro. Entrevista concedida a Éverly Pegoraro em 07 de julho de 2006, em Pato Branco, Paraná.

THOMAZONI, Ivo. Entrevista concedida a Éverly Pegoraro em 12 de setembro de 2006, em Curitiba, Paraná.